IMPACTO LOCAL

Aprovação de PEC reabre possibilidade de guarda armada em Lajeado

DIVULGAÇÃO



Trâmite para ajustar atribuições e implementar guarda armada teve entrave jurídico e pode avançar a partir da nova PEC

Enquanto legislação aponta para novas regras dentro do combate à criminalidade, ao permitir maior autonomia aos municípios, redução da maioridade penal permanece em aberto

Jhon Willian Tedeschi
jhontedeschi@grupoahora.net.br

PAÍS

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) redefine a organização da segurança pública no Brasil e aponta medidas em nível local ao reforço das estruturas. No Vale do Taquari, apenas Lajeado possui guarda municipal instituída por lei, mas ainda não foi efetivada. Por outro lado, o debate sobre a maioridade penal fica de lado nesta mudança da legislação.

Aprovada na semana passada, a PEC tem como objetivo principal ampliar o combate ao crime organizado. A proposta passou por dois turnos, com 73 votos favoráveis no primeiro e 75 no segundo, de maneira unânime. A votação ocorreu em regime de tramitação especial, aprovado pelo Plenário em 14 de outubro. Na mesma data, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa havia concluído a análise do texto.

Entre as medidas, a PEC permite que os municípios transformem suas Guardas Civis em polícias municipais, de natureza civil, com atuação em policiamento ostensivo e comunitário. Isso exige requisitos como capacidade financeira, formação profissional padronizada, corregedorias próprias e fiscalização pelo Ministério Público.

Em 2024 ocorreu o aval para Lajeado implementar a chamada Guarda Civil Municipal Armada, mas que ficou em aberto após o Tribunal de Justiça do Estado (TJRS) declarar inconstitucional parte da legislação aprovada, em novembro do ano passado. A partir disso, em vez da transição de cargos dentro da estrutura de servidores, fica definida a necessidade de concurso público para a ocupação das vagas.

Secretário de Segurança Pública, Paulo Locatelli acredita que a aprovação da PEC pode auxiliar na estruturação em definitivo. "Ela finalmente traz clareza jurídica e constitucional para o papel do município no ecossistema da segurança pública. Não precisamos mais trabalhar com zonas cinzentas da legislação", comenta.

O gestor reforça a necessidade de mais segurança nas ruas e defende que a medida em nível federal pode destravar os processos pendentes. "A comunidade quer e precisa de mais presença ostensiva. O gargalo que enfrentamos e que acompanhamos nos tribunais, foi estritamente jurídico e administrativo: a forma de transição e estruturação do cargo."

Locatelli assegura que o município passa a analisar o texto aprovado junto à equipe técnica para adequar o planejamento. "A PEC mostra exatamente o formato legítimo que precisa ser seguido – com planejamento financeiro, projeto de lei próprio e concurso público – para que Lajeado tenha uma força de segurança municipal moderna, armada, constitucionalmente amparada e sem riscos de contestação na Justiça", conclui.

Debate desmembrado

A redução da maioridade penal, que constava no texto original da PEC, acabou retirada para discussão posterior. Alas do Senado Federal defendem a redução para 16 anos como regra geral e 14 anos em caso de crimes hediondos, tortura, tráfico de drogas, terrorismo e participação em organizações criminosas.

Promotor de Justiça da Comarca de Lajeado, Carlos Augusto Fiorioli diz que o tema é complexo e debatido de forma tardia no país. "No Brasil, o debate central gira em torno do Artigo 228 da Constituição Federal, dividindo juristas entre os que consideram a maioridade aos 18 anos uma cláusula pétrea e os que a veem como uma escolha de política criminal."

Ele contextualiza como outros países tratam o assunto, e exemplifica com a Europa, onde a maioridade penal varia entre 15 e 18 anos, e os Estados Unidos, que tem 33 dos 50 estados sem idade mínima para responsabilização penal e permitem até prisão perpétua para menores. "A resposta mundial tem sido focar em crimes graves e no combate ao envolvimento de menores em organizações criminosas", afirma.

Ao considerar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina as medidas aplicadas para menores de idade, o promotor pondera que seriam necessárias adaptações até mesmo no sistema prisional. "Como os tratados internacionais assumidos pelo Brasil proíbem colocar menores com adultos, a redução exigiria investimentos bilionários do Estado para construir novas penitenciárias especializadas."

Impacto aos municípios

Em nota, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) afirma que a nova estrutura causa prejuízo às administrações locais. O comunicado destaca que o novo modelo privilegia os estados e o Distrito Federal, que receberão 50% do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional.

Nesse modelo, menciona a publicação, "os estados receberão transferências fundo a fundo de forma ágil e os municípios continuarão reféns da burocracia e imprevisibilidade dos convênios e contratos de repasse."



PRINCIPAIS PONTOS DA PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA

A proposta altera a Constituição Federal para redefinir regras sobre segurança pública, defesa social, sistema penitenciário e atividade de inteligência. O texto prevê regime jurídico mais rigoroso para integrantes e líderes de organizações criminosas, facções, milícias privadas e grupos paramilitares. Também amplia a competência da Polícia Federal, autoriza a Polícia Rodoviária Federal a atuar em rodovias, ferrovias e hidrovias federais, cria a possibilidade de polícias municipais e constitucionaliza o Sistema Único de Segurança Pública. A proposta ainda cria o Sistema de Políticas Penais, reforça fundos nacionais de segurança pública e penitenciário e prevê corregedorias e ouvidorias autônomas.



PAULO LOCATELLI
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE LAJEADO

Ela (PEC) finalmente traz clareza jurídica e constitucional para o papel do município no ecossistema da segurança pública."



CARLOS FIORIOLI
PROMOTOR DE JUSTIÇA DA COMARCA DE LAJEADO

A resposta mundial tem sido focar em crimes graves e no combate ao envolvimento de menores em organizações criminosas."

LAJEADO pulsa AQUI

APRESENTAÇÃO: DNW

REALIZAÇÃO: GRUPO A HORA

PATROCÍNIO: CACHORRÃO Carmelito e Beto · PERSONALLIS 30 anos Cuidando de histórias únicas. · GOLDMEIER IMÓVEIS · ACIL · CDL 60 anos Lajeado

Lajeado avança para drenagem em arroio

Edital prevê estrutura de concreto, entre a Saldanha Marinho e a Bento Rosa. Obra busca ampliar o escoamento em trecho que alaga durante enchentes

Filipe Faleiro
filipe@grupoahora.net.br

LAJEADO

A prefeitura de Lajeado abriu licitação para contratar uma empresa para instalar a macrodrenagem do Arroio do Engenho. O investimento passa de R$ 12,9 milhões, inclui materiais e mão de obra. A disputa está marcada para 19 de novembro, às 9h, por concorrência eletrônica no portal Pregão Online Banrisul.

Pelo projeto, serão feitas intervenções em 844 metros da avenida Décio Martins Costa, entre as ruas Saldanha Marinho e Bento Rosa, nos bairros Centro e Hidráulica. Será construída uma galeria de concreto armado, com cinco metros de largura e 2,5 metros de altura. Pelos detalhes do governo, a ideia é reestruturar o escoamento do trecho, conhecido como Valão, local muito vulnerável a alagamentos.

O edital estabelece prazo de até 12 meses para a conclusão dos serviços, contados a partir da ordem de início. A vigência do contrato é de 14 meses. O recurso vem de um contrato de repasse do Orçamento Geral da União, por meio do Ministério das Cidades, firmado em 2023.

KARINE PINHEIRO



A ideia é reestruturar o escoamento do trecho, conhecido como Valão, local muito vulnerável a alagamentos

Detalhes do projeto

O Arroio do Engenho é um dos principais afluentes do Rio Taquari na área urbana de Lajeado. O trecho canalizado sob a Avenida Décio Martins Costa funciona como ponto de escoamento, mas a capacidade atual não dá conta de volumes maiores.

A obra integra um pacote de intervenções que o município vincula à prevenção de enchentes. O vice-prefeito Guilherme Cé defendeu, em outubro, a manutenção do projeto atual diante da proposta do Movimento Pró-Matas Ciliares de abrir o arroio e substituir o concreto por soluções baseadas na natureza. Segundo ele, alterar o escopo colocaria em risco os recursos federais já assegurados.

Debate sobre canalização

O Movimento Pró-Matas Ciliares do Vale do Taquari encaminhou carta aberta ao governo municipal, à câmara de vereadores e ao Ministério Público propondo a reavaliação da canalização. O grupo defende a abertura do trecho para recuperar a vegetação nativa por meio do conceito de engenharia natural.

A pesquisadora Elisete de Freitas, integrante do movimento, sustenta que a canalização compromete processos ecológicos. "Um arroio canalizado é um arroio morto", afirma. Segundo ela, o fechamento impede a entrada de luz e prejudica a produção de oxigênio e alimento para os organismos aquáticos .

Saiba mais

O que
Licitação para macrodrenagem do Arroio do Engenho

Investimento de referência
R$ 12,9 milhões

Trecho: Avenida Décio Martins Costa, entre Saldanha Marinho e Bento Rosa
Extensão: 844 metros
Estrutura: galeria de concreto armado, 5 m de largura por 2,5 m de altura
Plataforma:
Pregão Online Banrisul

DIVULGAÇÃO



Trecho da avenida Décio Martins Costa, conhecido como Valão, alaga durante chuvas volumosas. Obra prevê galeria de concreto para ampliar

